

# A despoluição do Lago Paranoá

6 OUT 1985

CORREIO PAULISTA

OSVALDO PERALVA

O Governo Federal liberou quinta-feira, conforme se noticiou, uma verba de 25 bilhões de cruzeiros de um total de 380 bilhões para o projeto de despoluição do lago Paranoá. A primeira consideração a fazer é sobre o emprego de semelhante quantia para corrigir o des-caso ou a ação predatória do homem na sua relação com a natureza. Para efeito de comparação, ressalte-se que para 1986 estão previstos investimentos do GDF em cerca de 600 bilhões de cruzeiros, para criar, não para corrigir.

Formado artificialmente com objetivos paisagísticos e recreativos, o lago compreende uma superfície líquida de 40 km<sup>2</sup> e acumula 560 milhões de metros cúbicos de água, segundo me informa um folheto técnico. Desde que encheu, em 1961, o lago vem sofrendo acelerada alteração de suas características, devido — entre outros fatores — à utilização agrícola dentro de sua bacia, o que afeta diretamente as águas, através da erosão do solo, do escoamento superficial, dos efluentes sanitários, que conduzem materiais sólidos, nutrientes, matéria orgânica e elementos tóxicos.

Resultado é que a degradação do lago revela elevado grau da chamada eutrofização, isto é, fluxo de substâncias nutrientes. A água se torna turva, com massas

de algas concentradas na superfície, as quais se decompõem e produzem cheiros insuportáveis, mortandade de peixes e elevados riscos de doenças.

No Rio de Janeiro, na lagoa Rodrigo de Freitas, à beira da qual me aconteceu morar muitos anos, acontecia fenômeno idêntico: mortandade de peixes, mau odor, portanto rebaixamento do nível de vida dos que habitavam na vizinhança.

No caso do lago Paranoá, há também um gradativo assoreamento, condições propícias para a proliferação de plantas aquáticas e insetos, enfim, perigo de doenças.

Há dez anos, em 1976, o GDF firmou documento de cooperação com um programa da ONU e com a Secretaria Especial do Meio Ambiente para estudos e pesquisas sobre o lago Paranoá, já em avançado estágio de poluição. Em novembro de 1978, devido a um período prolongado de seca e sobrecarga na Estação de Tratamento de Esgotos, houve floração intensa de algas no braço sul do lago, “com conseqüências desastrosas para a comunidade”, segundo a frase de um conferencista em 1983. Estabeleceu-se programa de emergência que permitisse elaborar solução definitiva. É essa solu-

ção que se busca com o Plano da Caesb, adormecido por falta de verbas e agora a ser implementado com os recursos mobilizados pelo GDF.

A defesa do meio ambiente, embora incumba sobretudo às autoridades, escolhidas precisamente para cuidar dos interesses da população, tem de contar com a vigilância da imprensa e de órgãos da sociedade civil, pois imensa é a capacidade do homem de se adaptar às situações adversas e aceitar o aviltamento de seu padrão de vida.

Mesmo em uma nação altamente instruída e educada como a japonesa, a poluição alcançou níveis inacreditáveis enquanto o povo parecia resignado com o que se lhe afigurava a conseqüência do “progresso” e da “civilização moderna”. De súbito, houve como que uma explosão, um inconformismo democrático, que reverteu a tendência nesse domínio. Em 1974, quando cheguei a Tóquio, onde iria ficar quase oito anos, saía à rua por uma meia hora e voltava com os olhos avermelhados e ardendo.

Antes disso, ainda na Europa, a revista francesa *L'Express* anunciava num jogo de palavras: “Candidato vermelho promete céu azul”. Era Ryokichi Mino-

be, professor emérito da Universidade de Tóquio, marxista sem partido, que desfraldava a bandeira da luta contra a poluição. Elegeu-se e reelegeu-se mais duas vezes, desistindo de disputar um quarto mandato devido à avançada idade. A promessa de devolver àquela metrópole céu azul foi cumprida. Leis rigorosas, rigorosamente cumpridas, estabeleceram um controle sobre a indústria de tal modo que a descarga diária de emanações de ácido sulfúrico caiu, em alguns anos, de 345 toneladas para 78.

O Partido Liberal Democrático, agremiação conservadora, no poder desde 1955, começou a sentir o cerco das oposições, que conquistavam eleitoralmente uma por uma das grandes cidades do país. E passou a investir também na despoluição. Surgiu até uma nova indústria, a de equipamentos para, adaptados a outras máquinas, reduzir ou anular os efeitos poluentes.

Em todos os grandes centros urbanos europeus, há muitos anos, a proteção ao meio ambiente tem sido efetuada em dois sentidos, simultaneamente: corrigindo o que se fez de errado, através de um desenvolvimento industrial selvagem, e impedindo que novas agressões sejam praticadas contra a natureza.

É o que também nos cabe fazer, claro.